



## MEDIDA PROVISÓRIA Nº 948, DE 8 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre o cancelamento de serviços, de reservas e de eventos dos setores de turismo e cultura em razão do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).

### EMENDA DE PLENÁRIO MODIFICATIVA (Do Sr. Domingos Neto)

Dê-se aos *caputs* dos artigos 1º e 2º da presente Medida Provisória nº 948, de 8 de abril de 2020, a seguinte redação:

“Art. 1º Esta Medida Provisória dispõe sobre o cancelamento de serviços, de reservas e de eventos dos setores de turismo, cultura, **eventos sociais e corporativos e seus respectivos fornecedores diretamente envolvidos**, em razão do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).

Art. 2º Na hipótese de cancelamento de serviços, de reservas e de eventos, incluídos shows, espetáculos, eventos sociais ou corporativos, o(s) prestador(es) de serviços ou a sociedade empresária não serão obrigados a reembolsar os valores pagos pelo consumidor, desde que assegurem:” (NR)

### JUSTIFICATIVA

A presente Medida Provisória é extremamente meritória, na medida em que vem em socorro de um dos setores mais afetados pela situação de calamidade pública decorrente do coronavírus (Covid-19).

O objetivo da presente emenda é tão somente contribuir no aperfeiçoamento da matéria, e, para isso, foi que após a edição da presente Medida







## **Câmara dos Deputados**

Provisória, os setores afetados se manifestaram, principalmente as áreas de comércios e serviços.

Neste sentido, foi demonstrada a necessidade de tornar expresso no texto da Medida Provisória nº 948, de 2020, que o alcance da norma deve conter o setor relacionado aos eventos sociais e corporativos. É fato que os fornecedores diretamente envolvidos foram severamente atingidos com a suspensão e cancelamento das atividades supracitadas.

Portanto, a finalidade da presente proposta de emenda é garantir, às empresas e empresários relacionadas ao setor de eventos sociais e corporativos, a continuidade das suas atividades em tempos de crise, através da adoção de medidas que abrandem os efeitos de repactuação de contratos firmados, remarcações e cancelamentos, evitando processos de recuperação judicial e falência, sobretudo de micro e pequenas empresas da cadeia produtiva de turismo e eventos, preservando os postos de trabalho diretos e indiretos promovidos pelo setor.

Por fim, a extensão expressa dos efeitos da MPV nº 948/20 ao setor de eventos sociais e corporativos, e seus respectivos fornecedores diretamente associados, compatibilizará os interesses dos consumidores com a necessidade de preservação das atividades empresariais, expressando um esforço comum para superação da crise econômica causada pela Pandemia decorrente do coronavírus.

Plenário da Câmara dos Deputados,                      de                      de 2020.

**DOMINGOS NETO**  
Deputado Federal – PSD/CE

Apresentação: 29/07/2020 15:45 - PLEN  
EMP 17 => MPV 948/2020

**EMP n.17/0**

Documento eletrônico assinado por Domingos Neto (PSD/CE), através do ponto SDR\_56097, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.

